

FILANTROPIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS
DO GRUPO DE TRABALHO 9





Os governos do G20 sob a presidência do Brasil assumiram um firme compromisso de transformar o sistema multilateral a fim de torná-lo mais adequado aos desafios globais contemporâneos, com ações voltadas ao enfrentamento da crise climática e das desigualdades e iniquidades globais que obstruem o avanço do desenvolvimento sustentável e da prosperidade econômica. Em consideração a isto, o **G20 deve valorizar e fortalecer parcerias com redes de filantropia, fundações corporativas e comunitárias, consultores e organizações de suporte ao ecossistema filantrópico, centros acadêmicos, doadores individuais e outros financiadores de todo o mundo (em muitas passagens, a partir daqui, referidos somente como “filantropias”)** a fim de promover um desenvolvimento sustentável verdadeiramente transformador e respostas eficazes a esses complexos desafios sociais e climáticos, assegurando os direitos sociais, econômicos e ambientais de todas e todos, sem deixar ninguém para trás.¹

As filantropias lidam com questões sistêmicas ao promover mudanças transformadoras. Elas ocupam uma posição singular ao desempenhar esse papel por diversos motivos:

- Provêm recursos e apoiam **visões ousadas e transformadoras das Organizações da Sociedade Civil (OSCs)**² e organizações de base que estão enfrentando as policrises do clima³ e das desigualdades sociais e econômicas no nível local⁴;
A capacidade e flexibilidade únicas das **filantropias em assumir riscos, ao mesmo tempo em que cumprem os requisitos de devida diligência, permite que elas formem parcerias de forma mais holística com organizações de base e comunidades**, apoiando e promovendo a filantropia comunitária e as soluções lideradas pelas próprias comunidades, o que pode favorecer o aumento de confiança entre a sociedade e o poder público;
- As filantropias **contribuem para mudanças sociais e ambientais**, ao apoiarem processos que identificam lacunas de dados e conhecimento necessários para informar respostas e políticas voltadas a enfrentar desafios estruturais; e
- Organizações filantrópicas atuam como **intermediárias confiáveis, facilitadoras e capacitadoras, mobilizando capital político entre governos e sociedade civil** de modo a promover mudanças significativas nas mentalidades e direcionamentos políticos.

Apelamos aos líderes do G20 para que se comprometam com as seguintes recomendações:

1. Endereçar as desigualdades e prevenir a exclusão no desenvolvimento sustentável

As filantropias são parceiros⁵ chave para os governos do G20 e para os bancos públicos de desenvolvimento nos processos de influência do sistema multilateral com o objetivo de atender às necessidades locais e promover transformações sistêmicas. Os governos do G20 devem:

1.1 Alavancar o espaço do G20 para endereçar as desigualdades globais, promover financiamento acessível⁶ e aumentar a confiança no sistema multilateral, estabelecendo uma plataforma contínua de engajamento intersetorial no G20 que inclua as filantropias⁷. Esse compromisso deve refletir o princípio de responsabilidades comuns, com o objetivo de garantir continuidade na transição do G20-Brasil para a África do Sul. Isso pode ser materializado em um **subgrupo de filantropia do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SF WG)**, como um mecanismo de acompanhamento, a fim de explorar potencialidades do capital privado filantrópico paciente para o desenvolvimento sustentável e para o financiamento climático⁸.

1.2 Investir em políticas e programas que abordem a interconexão entre desafios ambientais, climáticos, sociais, étnico-raciais e econômicos,⁹ adotando uma abordagem interseccional e de enfrentamento às desigualdades ao responder às mudanças climáticas e outras crises atuais. As filantropias estão em uma posição única para construir pontes que superem lacunas de políticas públicas ao tratar de questões relacionadas a comunidades sub-representadas, marginalizadas e “invisíveis” do ponto de vista socioeconômico, historicamente excluídas das discussões de políticas públicas¹⁰.

1.3. Garantir que as transições verdes sejam justas e não deixem ninguém e nenhum lugar para trás,¹¹ envolvendo populações historicamente discriminadas e em risco de exclusão adicional¹².

2. Destruar financiamentos catalisadores de promoção de desenvolvimento sustentável e de transições justas

Os países do G20 e outros atores financeiros, incluindo filantropias, precisam cooperar — não apenas para mobilizar mais fundos, mas também para garantir que os recursos sejam amplamente¹³ acessíveis,¹⁴ adaptáveis às necessidades das comunidades locais, ajudando a proteger seus direitos e envolvendo mais significativamente os implementadores locais, tais como empreendedores, sociedade civil e comunidades historicamente marginalizadas. Nesse sentido, as filantropias já demonstraram sua capacidade de mobilizar fundos¹⁵ e gerar um efeito multiplicador econômico¹⁶. Os governos do G20 devem:

2.1 Apoiar esforços para reformar e desenvolver um sistema tributário internacional mais justo,¹⁷ que represente um novo contrato social internacional que enfatize a missão global coletiva de enfrentar a crise climática e combater as desigualdades sociais, garantindo ao mesmo tempo a cooperação internacional na redistribuição de riqueza.

2.2 Os governos do G20 devem fortalecer a qualidade e a escala das redes existentes de Plataformas Multissetoriais (MSPs – sigla em inglês) com o setor filantrópico e investir no estabelecimento de novas parcerias Público-Privadas-Filantrópicas-e-de-Pessoas (PPPPs – também do inglês),¹⁸ por meio da representação de autoridades governamentais em todos os níveis. O G20 deve incentivar a participação significativa¹⁹ de diversas filantropias²⁰, incluindo fundações comunitárias e empresariais, de modo a melhorar²¹ e expandir a mobilização²² de capital privado catalisador para ações sistemáticas, coletivas e plurilaterais²³.

2.3 Reformar as instituições financeiras internacionais, os Bancos Nacionais e Multilaterais de Desenvolvimento²⁴ e outros financiadores, para garantir que um fluxo contínuo de capital seja investido, guiado por valores comuns²⁵.

2.4 Facilitar o financiamento transfronteiriço²⁶ eficiente²⁷ em termos tributários e os investimentos de “capital filantrópico paciente” em projetos de desenvolvimento cocriados e de propriedade local, a fim de minimizar a lacuna de financiamento dos ODS. O acesso irrestrito da sociedade civil a recursos, incluindo doações internacionais, é parte inerente do direito humano à liberdade de associação.

3. Um novo quadro de cooperação global

Para promover um desenvolvimento eficaz, inclusivo, sustentável e liderado localmente³⁰, a fim de alcançar os ODS³¹, os governos do G20 e as filantropias deveriam melhor alinhar seus objetivos e atividades para aprimorar as parcerias. Nesse sentido, os líderes do G20 devem:

3.1 Criar taxonomias comuns que facilite a coesão entre as filantropias e os governos do G20, que favoreça avaliação da contribuição do setor filantrópico e seu impacto, e estabeleça parâmetros de referência para o setor filantrópico³². Uma taxonomia ou estratégia nacional³³ pode abranger as formas legais e os modelos de governança em vigor, ferramentas e mecanismos de financiamento desenvolvidos para a condução das atividades filantrópicas, o amplo espectro de capital filantrópico empregado e os tipos de impacto sobre o desenvolvimento sustentável, em nível nacional e global³⁴.

3.2 Trabalhar para remover barreiras à mobilização de capital filantrópico e não dificultar o florescimento de uma “cultura de doação” nas nações³⁵. É necessário:

- a. **Endereçar políticas à redução de riscos bancários, regulações de combate à lavagem de dinheiro e outras barreiras regulatórias enfrentadas por OSCs responsáveis, legalizadas, transparentes e efetivas, bem como por filantropias locais³⁶.** O governo deve trabalhar com prestadores de serviços financeiros para garantir que as OSCs e filantropias locais possam abrir contas e processar doações e pagamentos de forma transparente.
- b. **Reduzir a carga regulatória, simplificar processos administrativos e criar estatutos institucionais-legais que favoreçam um amplo espectro de financiamento para OSCs e atividades com propósito social³⁷.**
- c. **Investir em programas de capacitação para as administrações nacionais,** aumentando a capacidade dos governos, especialmente em nível subnacional, para aplicar as leis e regulamentos existentes e contribuir para a simplificação regulatória a longo prazo³⁸.
- d. **Co-desenvolver estratégias com atores filantrópicos para ampliar o acesso a financiamento e investimento a entidades pequenas e não formalizadas³⁹,** permitindo que elas se beneficiem de uma miríade de opções para fortalecer seu trabalho e experimentar caminhos diversos de impacto logo no início de suas jornadas.
- e. **Investir em evidências e dados para aumentar o envolvimento filantrópico nas políticas públicas e fortalecer os mecanismos de avaliação.⁴⁰**

4. A importância de proteger o espaço cívico

Os países do G20 devem se comprometer com um financiamento justo, acessível e equitativo, propondo novos modelos que respondam às necessidades das comunidades marginalizadas. As filantropias podem apoiar o G20 nesse objetivo. Embora a filantropia seja uma parte vital da sociedade civil, ela também atua externamente como financiadora e canal de assistência para a sociedade civil, com vínculos internacionais e com o setor privado, podendo assim servir como mediadora entre atores de diferentes setores.⁴²

4.1 O G20 deve se envolver de maneira significativa e consistente⁴³ com a sociedade civil, reconhecendo seu papel em promover a governança democrática, e construir sociedades mais justas e sustentáveis, garantindo participação na formulação das políticas públicas⁴⁴. Isso inclui garantir a participação das OSCs no processo de formulação de políticas, como organizações e movimentos liderados por jovens, comunidades locais, movimentos de base e voluntários⁴⁵, povos indígenas⁴⁶, comunidades tradicionais, povos afrodescendentes e outras minorias raciais e étnicas.

4.2 Os países do G20 devem estabelecer parcerias com atores filantrópicos, que desempenham um papel de articulação, para fortalecer o engajamento cívico, com especial atenção às populações historicamente marginalizadas. Isso inclui facilitar o acesso dessas comunidades e organizações de base a redes, recursos, mentoria e capacitação necessários para aumentar o impacto de seu trabalho. Isso requer a facilitação de financiamentos mais flexíveis⁴⁷ e de longo prazo — especialmente por meio de doações — e investimentos em infraestrutura e ecossistemas para incentivar a doação local e aumentar os recursos para o desenvolvimento liderado localmente.

Assim subscrevem GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; WINGS; e IIED – International Institute for Environment and Development, que co-lideraram o processo do Grupo de Trabalho 9 “Filantropia para o Desenvolvimento Sustentável”, também ancorados nos demais participantes do Grupo Diretivo: Rede Comuá, Comunalia, F20 – Foundations 20, Din4mo e OCDE netFWD, além de outras 400 organizações e lideranças da sociedade civil brasileira e internacional que participaram das reuniões e processos de consulta ao longo do primeiro semestre de 2024.

Notas

¹ Um chamado para uma ação política transformadora imediata para enfrentar a policrise (ou meta-crise), conforme compartilhado em plataformas globais, com o [C7](#) (Sociedade Civil no G7) destacando que “os impactos cumulativos das mudanças climáticas, choques econômicos, as consequências da pandemia e o alarmante aumento de conflitos e guerras têm exacerbado as já inaceitáveis desigualdades sociais e econômicas”.

² Por exemplo, a OECD netFWD endossou os Princípios Orientadores para o Financiamento de Soluções Climáticas e de Saúde na COP 28. Os princípios estabelecem uma visão compartilhada e promovem coerência no financiamento entre diferentes doadores. E na COP 28, a OECD netFWD lançou um [Chamado à Ação para uma Ação Climática Sensível ao Gênero](#), que reconheceu ainda mais a necessidade de que atores filantrópicos ajudem a quebrar os silos no financiamento de gênero e clima. Em maio de 2024, um total de 14 organizações assinaram o Chamado à Ação.

³ O [Global Methane Pledge](#) ilustra o papel da filantropia no apoio à ação climática. Lançado na COP26, o compromisso é uma iniciativa dos países participantes para tomar ações voluntárias que contribuam para o esforço coletivo de reduzir as emissões globais de metano em pelo menos 30% em relação aos níveis de 2020, até 2030. Para cumprir esse compromisso, a High Tide e várias organizações filantrópicas uniram esforços para financiar o Global Methane Hub, que apoia os governos na implementação do Global Methane Pledge.

⁴ O setor filantrópico compartilha uma agenda de transformação social voltada para o bem comum, com o potencial de romper silos políticos e setoriais, ao mesmo tempo em que promove diversos benefícios globais.

⁵ As organizações filantrópicas já estão liderando a destinação de recursos para enfrentar desigualdades e iniquidades interseccionais, e têm o poder de sinalizar a vontade política para abordar questões estruturais e apoiar os governos na catalisação de mudanças sistêmicas. No New Global Financing Pact Summit (Pacto de Paris para Pessoas e Planeta), em junho de 2023, 19 filantropias assinaram o [Comunicado](#) convocado pela OECD netFWD. Ao assinarem, essas organizações se comprometeram a financiar e ampliar os esforços em clima e desenvolvimento.

⁶ Esse tipo de financiamento, destinado a ajudar países de baixa e média renda a alcançar a transformação rumo a economias neutras em carbono, circulares e positivas para a natureza, deve ser adequado, incondicional, novo e adicional, público e não gerar endividamento.

⁷ Documentos-chave de financiamento ao desenvolvimento mencionam o papel da filantropia na mobilização de investimentos e na contribuição para as discussões do G20. Entre eles, está a [Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o Financiamento para o Desenvolvimento](#), que dedica uma seção inteira à filantropia (Parágrafo 42): “Reconhecemos a flexibilidade dos doadores filantrópicos, sua capacidade de inovação e de assumir riscos, além de sua habilidade em alavancar recursos adicionais por meio de parcerias multissetoriais.” Também há referências ao papel da filantropia nos Princípios do G20 para [Ampliar o Financiamento Combinado](#) e no [Marco de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável do G20](#).

⁸ Além disso, com base nas lições aprendidas pelo WG9 sobre Filantropia para o Desenvolvimento Sustentável, defendemos um engajamento formal contínuo da filantropia no processo do G20 para fortalecer uma voz unida e coletiva do setor. Isso pode ser feito por meio de um grupo de trabalho C20 contínuo sobre filantropia para o desenvolvimento sustentável ou um grupo de engajamento formal, que assegure a continuidade dos objetivos de longo prazo e a transferência de conhecimento entre as presidências.

⁹ A sinergia entre a ação climática e outras prioridades de saúde e ação planetária foi mandatada por todas as três Convenções do Rio.

¹⁰ A filantropia pode desempenhar um papel proativo na construção de coalizões políticas para promover reformas políticas, alcançando comunidades tradicionais e indígenas que foram desproporcionalmente afetadas pelas crises atuais; pessoas que vivem em assentamentos informais e em áreas com acesso limitado a serviços, infraestrutura e direitos a uma habitação adequada; além daqueles que foram sistematicamente excluídos ou discriminados devido a idade, raça, gênero, religião, orientação sexual, deficiências e condições como o autismo. O princípio de “Não Deixar Ninguém para Trás” (Leave No One Behind - LNOB) está delineado no Quadro Compartilhado da ONU sobre Deixar Ninguém para Trás: Igualdade e Não Discriminação no Coração do Desenvolvimento Sustentável.

¹¹ Isso também requer mecanismos de responsabilidade robustos, incluindo a proteção do espaço cívico, que garantam uma abordagem integrada de toda a sociedade em direção a um objetivo comum.

¹² Essas oportunidades podem ser incorporadas em estratégias nacionais multissetoriais que incluam papéis específicos para as organizações filantrópicas, aproveitando seu acesso a recursos, redes de liderança e inovação, além de suas relações com atores locais (incluindo ativistas, agricultores, micro, pequenas e médias empresas e comunidades). Isso abrange o design, o desenvolvimento e a implementação de oportunidades de emprego e subsistência para aqueles em maior risco de exclusão, como os jovens e outros grupos que podem ficar para trás em uma economia de transição verde. Projetos de adaptação devem ser implementados para permitir que comunidades tradicionalmente excluídas prosperem em suas terras indígenas, caso desejem fazê-lo.

¹³ Os recursos incluem o voluntariado e outras formas de assistência técnica não remunerada, transferência de conhecimento e capacitação.

¹⁴ O Grupo de Trabalho 3 do Civil 20 sobre Meio Ambiente, Justiça Climática e Transição Energética solicitou que os países do G20 mobilizem recursos financeiros, financiamento e assistência técnica para apoiar a produção de energia limpa, garantindo que os processos de transição energética não aumentem o ônus financeiro para os consumidores mais pobres.

¹⁵ Em 2019, pesquisas mostraram que organizações filantrópicas arrecadaram \$1,5 bilhão para o financiamento climático. Na COP 26, foi anunciada um investimento de \$10 bilhões por meio de uma parceria entre instituições filantrópicas, investidores, inovadores, empresas de energia e governos.

¹⁶ O retorno social sobre o investimento (SROI) da filantropia também gera um efeito multiplicador econômico, com um potencial de contribuição de aproximadamente 10% do PIB em diversas economias, de acordo com uma pesquisa da equipe GPS do CITIbank [isso inclui a mobilização de recursos internos]. Pesquisas do Centro de Filantropia da OCDE indicam que fundações domésticas em países em desenvolvimento fornecem 20% do total do financiamento filantrópico. O número de organizações filantrópicas atuando em mercados emergentes aumentou de 143 em 2015 para 205 em 2019, contribuindo com \$42,5 bilhões para resultados de desenvolvimento entre 2016 e 2019.

¹⁷ Para fortalecer a confiança no sistema multilateral e mobilizar mais recursos para o financiamento climático e de desenvolvimento, deve-se apoiar a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria Fiscal (UNFCITC) e novos mecanismos de tributação sobre a riqueza. Um grupo de organizações do Sul Global e internacionais convocou

a criação e implementação da UNFCITC. As Foundations 20, que representam mais de 80 fundações internacionais, também é urgente que o G20 procure implementar uma ampla reforma da dívida e reformas tributárias que incentivem investimentos verdes, desincentivem práticas ambientalmente prejudiciais e promovam transparência financeira e equidade na alocação de recursos.

¹⁸ Embora o acrônimo seja longo, ele inclui um quarto P para “Pessoas”, a fim de garantir que a sociedade mais ampla e aqueles afetados pelas decisões estejam envolvidos.

¹⁹ O G20 deve ampliar essas MSPs e garantir que a filantropia tenha voz nas suas iniciativas, como na Força-Tarefa do G20 para Mobilização contra as Mudanças Climáticas (TF CLIMA). Após o Evento Conjunto do G20 - Finanças em Comum (FiCS) em maio de 2024, o presidente da FiC, Remy Rioux, observou: “Em termos de regulação, os participantes destacaram o papel dos governos em aliviar restrições e estabelecer incentivos para que as transações de financiamento misto sejam ampliadas, incluindo por meio de requisitos de capital ajustados, metas específicas para os PDBs sobre o uso de capital catalítico e incentivos para que as fundações aumentem sua participação em investimentos que reduzam riscos (ênfase adicionada).” Isso incluiria a participação responsável da filantropia no financiamento misto e em fundos compartilhados, como as Parcerias para uma Transição Energética Justa (JETPs).

²⁰ A filantropia desempenha um papel fundamental em demonstrar a viabilidade desses investimentos e em moldar as percepções do mercado, pois as organizações filantrópicas estão bem equipadas para adotar modelos de financiamento inovadores e oferecer recursos flexíveis, adaptáveis e de longo prazo. A filantropia não ocorre apenas em níveis global ou nacional. Devido à sua flexibilidade, as organizações filantrópicas também estão bem posicionadas para apoiar comunidades locais na catalisação de esforços filantrópicos locais, com o objetivo de ajudar essas comunidades a elevar seus próprios ativos e autonomia para atender às suas necessidades autodefinidas, mantendo uma visão de longo prazo voltada para a sustentabilidade, modelos financeiros inovadores e o papel da filantropia em apoiar e promover movimentos e iniciativas filantrópicas em nível comunitário. Evidências mostram como modelos de financiamento multissetoriais podem realmente semear e catalisar iniciativas de filantropia local. A Community Alliance of Baja California Sur, no México, mobilizou US\$ 6 milhões em um esforço multissetorial para enfrentar a escassez de suprimentos médicos e a crise alimentar causada pela pandemia de COVID-19, reunindo 200 organizações, incluindo filantropia, empresas e vários níveis de governo, incluindo o militar. A Global Giving compartilha exemplos semelhantes em seu documento de posição “Transformando a Filantropia e a Ajuda por meio de Novos Modelos de Financiamento e Parceria” e em sua série de blogs sobre compartilhamento de riscos em parcerias para apoiar a filantropia comunitária.

²¹ Os países do G20 e os bancos multilaterais de desenvolvimento já promovem o alinhamento de missões conjunto e multissetorial (com a filantropia, às vezes, desempenhando um papel fundamental). O banco público de desenvolvimento brasileiro, BNDES, combinou capital filantrópico e capital público para fortalecer os sistemas de saúde pública e ofereceu financiamento de contrapartida para apoiar ações locais em prol do clima e da proteção da Amazônia. O Laboratório de Inovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB Lab) e a rede filantrópica regional Latimpacto criaram um fundo conjunto, o Catalytic Green Fund, que apoia iniciativas que promovem soluções Net-Zero na bacia amazônica. A filantropia reconhece que o lucro privado deve ser equilibrado com o interesse público, de modo que o capital filantrópico concessional possa reduzir os riscos fiscais para o erário público, ao mesmo tempo em que gera apetite por investimentos em desenvolvimento sustentável e verde, ajuda pequenas e médias empresas por meio de financiamento misto e assegura transparência e responsabilidade em parcerias multissetoriais para evitar dívidas ocultas nesses arranjos.

²² O G20 pelo Impacto, uma coalizão de mais de 40 fundações internacionais e brasileiras, think tanks, inovadores sistêmicos e redes de empreendedores sociais, instou o G20 a utilizar capital catalítico para alavancar pelo menos 3 a 4 vezes o capital comercial, estabelecendo um Fundo Catalítico Misturado Global Rotativo por meio de um financiamento filantrópico único e uma porcentagem do investimento de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI), que seria reabastecido por retornos bem-sucedidos das operações. Além disso, é necessário otimizar as operações dos Fundos Internacionais de Meio Ambiente e Clima para fornecer capital catalítico em larga escala para estruturas de financiamento misto, conforme recomendado pelo Go! Blended, a fim de atrair capital comercial substancial.

²³ Novas parcerias com governos podem apoiar o desenvolvimento de ferramentas e metodologias para avaliar tanto os retornos financeiros quanto os resultados sociais dos investimentos para as organizações filantrópicas, que podem ser publicadas junto com dados oficiais sobre o impacto do financiamento da filantropia na sociedade civil mais ampla. A Associação Mundial de Unidades e Profissionais de PPP (WAPPP) enfatiza a capacidade transformadora das parcerias filantrópicas público-privadas. Sua pesquisa com a Iniciativa de Parceria (TPI) identifica os seis papéis da filantropia na ativação de PPPPs, incluindo iniciar parcerias, co-criar soluções, fornecer financiamento, desenvolver capacidades dos parceiros, reduzir riscos de projetos e possibilitar o aprendizado iterativo. Consulte outras publicações da TPI e da WAPPP, que publicou uma “Biblioteca de PPPPs”.

²⁴ Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) devem possibilitar que pequenas entidades não formalizadas e indivíduos obtenham diferentes tipos de financiamento para permitir experimentações em diversos caminhos para gerar impacto.

²⁵ Isso significa não apenas aumentar a disponibilidade de financiamento concessional e financiamento misto, mas também implementar reformas para democratizar a governança dos processos de tomada de decisão, garantindo mais voz e participação do Sul Global. A União Europeia comprometeu-se com uma parceria transparente e baseada em valores no âmbito da Global Gateway, voltada para países-alvo de investimentos, com o objetivo de reduzir desigualdades globais e diminuir a lacuna de investimentos em infraestrutura global, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris. O Artigo 1 do acordo que estabelece o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) define como um aspecto orientador que o banco apoie reformas que fortaleçam a democracia.

²⁶ A rede Transnational Giving Europe é uma plataforma para doações transnacionais em dinheiro com benefícios fiscais em 19 países europeus, facilitando o apoio financeiro para organizações da sociedade civil (OSCs) em outros países, enquanto os doadores se beneficiam diretamente das vantagens fiscais previstas na legislação de seu país de residência.

²⁷ O Grupo de Trabalho 10 do Civil 20, que aborda o ODS 16 e Governança Democrática, Espaço Cívico, Anticorrupção e Acesso à Justiça, discutiu a importância de garantir financiamento sustentável para organizações da sociedade civil (CSOs), capacitando-as a manter suas missões de direitos humanos e esforços de advocacia. Para alcançar isso, o Grupo de Trabalho enfatizou que “para que a sociedade civil desenvolva agendas e projetos relevantes, é crucial contar com fontes diversificadas de financiamento. Por isso, apelamos para esforços globais que fortaleçam financeiramente as organizações sociais, especialmente porque grupos vulneráveis são desproporcionalmente afetados pelo encolhimento do espaço cívico, pela falta de acesso à justiça e pela corrupção sistêmica.”

²⁸ O G20 pode criar incentivos fiscais para doações e fundos patrimoniais locais em prol de projetos públicos, utilizando encorajamento entre pares, ajudando a reunir financiamentos e criando fundos inovadores. Isso pode incluir, por exemplo, um Fundo Social Público-Privado, títulos

e outros instrumentos financeiros inovadores. O setor filantrópico incentiva o G20 a garantir que isso seja feito fornecendo financiamento ao desenvolvimento que seja sustentável, acessível, previsível e com custos razoáveis, além de meios eficazes de implementação para os países em desenvolvimento, conforme os Princípios de Eficácia do Desenvolvimento promovidos pela plataforma multisetorial da Parceria Global para uma Cooperação Eficaz ao Desenvolvimento. Além disso, é fundamental investir em assistência técnica, capacitação e Cooperação Sul-Sul e Triangular.

²⁹ O Comitê de Direitos Humanos da ONU tem afirmado consistentemente que a liberdade de associação inclui o “acesso a financiamento estrangeiro e que limitações a esse acesso podem constituir violações do direito à liberdade de associação”. Veja também o Relatório do Relator Especial da ONU sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, que estabelece princípios gerais e diretrizes para garantir o direito das organizações da sociedade civil ao acesso a recursos.

³⁰ A Declaração dos Doadores sobre o Apoio ao Desenvolvimento Liderado Localmente, iniciada pela USAID, tem como objetivo transferir e compartilhar poder. Ela foi endossada por 21 doadores bilaterais e mais de 20 grandes fundações internacionais. Mais recentemente, em maio de 2024, o Fórum de Financiadores sobre Parcerias de Cooperação Internacional, organizado pela Associação de Filantropia da Europa (Philea), comprometeu-se a apoiar o desenvolvimento liderado localmente.

³¹ Mais notavelmente, através do fortalecimento dos meios de implementação e da revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, ou seja, o ODS 17.

³² Por exemplo, o Índice Global de Ambiente Filantrópico (GPEI) de 2022 avalia o ambiente favorável à filantropia em 91 países e economias. É necessário dar maior ênfase aos dados para alinhar mais evidências sobre o impacto das doações de caridade, enquanto a desagregação de dados abrangentes pode demonstrar quais grupos da sociedade são sistematicamente subfinanciados.

³³ A Política Nacional de Filantropia para a Irlanda aprofundou a compreensão e o conhecimento do setor, criou um ambiente favorável e acelerou o engajamento com a filantropia na Irlanda em prol do bem social.

³⁴ O Relatório Flagship do Centro de Filantropia da OCDE, “Filantropia Privada para o Desenvolvimento”, contribui para a crescente demanda por dados confiáveis e comparáveis sobre filantropia. A edição mais recente mostra que o volume de filantropia para o desenvolvimento, entre 2016 e 2019, atingiu USD 42,5 bilhões.

³⁵ O grupo de engajamento T20 sob a presidência da Indonésia publicou um importante informe de políticas que instou o G20 a fortalecer o ambiente favorável para que a filantropia participe do financiamento misto.

³⁶ Essas restrições são frequentemente introduzidas de forma não intencional tanto pelos governos quanto pelo setor de serviços financeiros, e podem limitar o acesso a serviços bancários e financeiros, bloquear doações e crowdfunding transfronteiriços, além de prejudicar a capacidade de organizações e indivíduos de dispersar ou obter financiamento nacional e transfronteiriço. Regras, políticas e práticas não devem impedir o uso de tecnologias digitais em esforços de filantropia e captação de recursos. Veja as publicações de recursos do Centro Europeu para a Lei sem Fins Lucrativos (ECNL) sobre como garantir o acesso financeiro da sociedade civil e os desafios do des-risco bancário devido a regulamentos de combate à lavagem de dinheiro (AML) e ao financiamento do terrorismo (CFT), que podem ter um grande impacto nas OSCs.

³⁷ Uma regulamentação setorial favorável, flexível, proporcional e orientada por objetivos deve alinhar-se à forma como as OSCs e seus financiadores podem operar e crescer de acordo com suas próprias necessidades, sem impor uma “excesso regulatório”. Liberar capital para ações em nível local significa que os governos devem reduzir a burocracia enquanto garantem conformidade, transparência e devida diligência, o que fortalece a confiança no setor. A filantropia tem um papel a desempenhar no aumento da confiança do governo nas comunidades e na filantropia comunitária, para que elas possam gerenciar os fundos de maneira autônoma e trazer soluções adequadas ao contexto local.

³⁸ O GPEI de 2022 analisou o ambiente favorável à filantropia em 91 países e descobriu que 38% deles apresentavam um ambiente restritivo, com disparidades notáveis entre as regiões no que diz respeito à facilidade de operar uma organização filantrópica e aos fluxos filantrópicos transfronteiriços.

³⁹ Uma aliança entre a Comunalia, a Fundação Coca-Cola México, a Fundação Inter-Americana e a Fundação Mott apoiou o trabalho de 15 fundações comunitárias mexicanas. A filantropia ajudou a multiplicar o impacto por meio da colaboração articulada entre diferentes atores do ecossistema filantrópico no México: aproximadamente USD \$700.000 em assistência de doadores internacionais foram complementados por USD \$6 milhões de fundações comunitárias e grupos de base para 80 iniciativas que apoiaram pequenos negócios, jovens e mulheres em situações de ajuda humanitária

⁴⁰ Recursos como bancos de dados disponíveis ao público, com exemplos de parcerias bem-sucedidas entre fundações filantrópicas e autoridades públicas na formulação e implementação de políticas públicas, podem inspirar parcerias mais eficazes e colaborativas que promovam políticas públicas mais inclusivas e eficientes.

⁴¹ Isso envolve não apenas aumentar as contribuições para fundos climáticos internacionais, mas também remover barreiras que impedem que o financiamento e o suporte cheguem e sejam acessíveis ao nível local (especialmente para as comunidades mais vulneráveis ou negligenciadas). As filantropias são parceiras essenciais na implementação de estruturas de apoio para essas comunidades por meio de mecanismos de financiamento flexíveis que possam alcançar o nível local, fortalecimento de capacidades e criação de redes.

⁴² Como o setor filantrópico (particularmente as fundações comunitárias) pode desfrutar de uma maior confiança por parte das autoridades locais e dos funcionários do governo central, ele também tem uma responsabilidade maior em garantir uma ampla e diversa influência da sociedade civil na formulação de políticas, reunindo todas as partes interessadas. Assim, a filantropia proporciona espaços para trocas de conhecimento e lições aprendidas, aprimora a cooperação entre setores e atua como facilitadora, habilitadora ou redistribuidora intermediária para comunidades locais que trabalham em questões prioritárias. Por exemplo, grandes filantropias internacionais, como a Fundação Bill & Melinda Gates, atuam por meio de intermediários e financiam organizações como o Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas, a FRIDA, o Global Fund for Women e a Mama Cash.

⁴³ O tratamento consistente das OSCs, incluindo todas as organizações de propósito social, pode criar segurança jurídica em questões regulatórias.

⁴⁴ As questões políticas abrangem desde o desenvolvimento sustentável e soluções lideradas localmente até a proteção do próprio espaço cívico, garantindo que os espaços de influência e tomada de decisões sejam proativamente adaptados para incorporar as necessidades e demandas dos cidadãos. Isso inclui fortalecer a capacitação de funcionários públicos para implementar legislações aprimoradas sobre a proteção do espaço cívico, reforçar instituições destinadas a aumentar a transparência e a responsabilidade, e promover a flexibilidade para respeitar o potencial da sociedade civil para a autorregulação.

⁴⁵ No estado mexicano de Jalisco, fundações comunitárias reuniram mais de 400 voluntários e 255 organizações dos setores público, privado e civil para contribuir com mais de 400.000 opiniões na atualização do Plano de Desenvolvimento do Estado 2013-2033.

⁴⁶ Esse envolvimento deve ser feito com pleno respeito ao direito à autodeterminação dos povos indígenas, conforme codificado pela Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

⁴⁷ As instituições filantrópicas podem fornecer financiamento que é mais flexível e adaptável do que o de outros financiadores e parceiros, refletindo melhor as necessidades de movimentos de base, organizações lideradas por jovens e por pessoas com deficiência, e outros atores da sociedade civil. Grupos de comunidades marginalizadas, por exemplo, podem precisar de mais financiamento não vinculado que lhes permita desenvolver capacidades e liderança. Da mesma forma, a crescente tendência de empreendimentos sociais liderados por jovens e organizações juvenis pode se beneficiar de arranjos de financiamento mais flexíveis que reflitam melhor suas necessidades. Esse tipo de financiamento não pode ser realizado por meio de uma estratégia de financiamento caso a caso. Em vez disso, oportunidades de financiamento devem ser oferecidas por meio de redes e de um engajamento estratégico de longo prazo e de capacitação para arrecadar fundos e se envolver com doadores. Os sistemas de monitoramento e relatórios da filantropia também podem ser mais simples e acessíveis para as organizações da sociedade civil que podem carecer de recursos e capacidade para passar por processos onerosos. As conclusões do Relatório do Centro de Filantropia da OCDE sobre Financiamento Flexível, intitulado “Sem condicionalidades? Fazendo sentido do financiamento flexível na filantropia”, demonstram a importância disso. O financiamento flexível representa cerca de 16% de todas as doações filantrópicas ou 19% de todo o financiamento filantrópico entre 2016 e 2019. Organizações não governamentais, particularmente aquelas com sede em países de baixa renda, se destacaram como as mais propensas a se beneficiar de apoio geral. Além disso, o relatório identifica uma tendência recente de aumento em direção a doações mais flexíveis, alcançando uma média de 20% das doações anuais em 2021. Essa tendência é impulsionada por algumas organizações que aumentaram a proporção de apoio geral em seu financiamento anual. O financiamento flexível entre grandes doadores filantrópicos passou de cerca de 5% para 20% entre 2000 e 2021.

